

Ata nº 11

Ao décimo nono dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezanove, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata da reunião de 13.09.2019
3. Participação do CNS nas comemorações do Dia Mundial de Saúde 2020
4. Relatório de Saúde 2019 “Sem mais tempo a perder: Relatório CNS Saúde Mental em Portugal: um desafio para a próxima década”
5. Plano de Atividades 2020

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Henrique Barros - Presidente do CNS

Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS

Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

José Manuel Boavida - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP

Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - FamiliarMente

Sofia Crisóstomo - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT

Casimiro Menezes - Movimento de Utentes de Serviços Públicos - MUSP

Miguel Viveiros - Ordem dos Biólogos

Ana Maria Fonseca - Ordem dos Enfermeiros

Carla Torre - Ordem dos Farmacêuticos (em representação de Ana Paula Martins)

Miguel Guimarães - Ordem dos Médicos

Orlando Monteiro da Silva - Ordem dos Médicos Dentistas

Alexandra Bento - - Ordem dos Nutricionistas

Telmo Baptista - Ordem dos Psicólogos

Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Luís Carvalho - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Carlos Arruda - Região Autónoma dos Açores

Mário Rodrigues - Região Autónoma da Madeira

Óscar Gaspar - Comissão Permanente de Concertação Social - CIP (em representação de João Almeida Lopes)

Sílvia Rodrigues - Comissão Permanente de Concertação Social (em representação do Dr. Paulo Cleto Duarte)

Lucília Nunes - Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida

Sofia Crisóstomo fez-se acompanhar pela Presidente da APDI, Ana Sampaio e Ana Maria Fonseca fez-se acompanhar por Pedro Lopes da Ordem dos Enfermeiros.

Estiveram ainda presentes os peritos Joana Alves, Isa Alves e Gonçalo Augusto.

O Presidente do CNS deu início à sessão partilhando algumas informações

A propósito da reunião do dia 8 de novembro, em Bruxelas patrocinada pela DG Santé, sobre o trabalho desenvolvido pelos membros do Painel “The Expert Panel on effective ways of investing in health”, cujo mandado terminava, ao qual fazia parte Pedro Pita Barros, referiu uma série de documentos produzidos, desde a política de vacinação até mais e melhores ideias de investir em Saúde. Considerou o modelo muito interessante, com uma participação alargada de várias partes interessadas, de conselhos similares ao CNS com o acompanhamento de diversas políticas, tendo suscitado interesse e curiosidade pelo CNS

Por sua vez, Piedade L. Monteiro falou na conferência da INOFARMA no dia 14 de novembro, na Universidade Nova, também com a presença de Pedro Pita Barros, sobre informática ao serviço da saúde e nos serviços de saúde, dando uma perspetiva do que poderia ser feito. Manifestou ainda a

sua preocupação relativa à tabela de incapacidades, considerando que merece um cuidado especial, pois era a forma de os interessados obterem o seu certificado, cuja avaliação atempada condicionava as prestações sociais, os subsídios e a sua inclusão no mundo do trabalho.

Orlando M. da Silva prestou duas informações: sobre a Cobertura Universal de Saúde das Nações Unidas, com a preocupação de reconhecer os problemas de visão, de saúde oral, as doenças raras e as negligenciadas doenças tropicais, como parte da cobertura universal de saúde e sobre a Conferência “Saúde: A Prioridade da Legislação”, no dia 12 de novembro, na Reitoria da Universidade de Lisboa, organizada pela Convenção Nacional da Saúde, em parceria com a Universidade NOVA de Lisboa, que considerou ter sido um êxito.

Deixou ainda a sugestão, a propósito do 28º Congresso da Ordem dos Médicos Dentistas de 2019, de 14 a 16 de novembro, sobre Recursos Humanos em Portugal - de que o CNS se poderia debruçar na área de formação de Recursos Humanos da Saúde, realçando que não havia estratégia, nem rumo ou critérios.

José Manuel Boavida informou também sobre o Dia Mundial da Diabetes, no dia 14 de novembro, organizado e promovido pela Federação Internacional de Diabetes, em parceria com outras entidades, cujas ações de comemoração decorreram por todo o país, achando que era um modelo de como se pode mobilizar as pessoas com uma doença, de forma tão positiva.

Abordou ainda a questão da comunicação social, entendendo que nos últimos dias têm sido prestadas notícias muito negativas do SNS, considerando ser necessário valorizar os aspetos positivos e que o CNS poderia ter esse papel, nomeadamente nas comemorações do DMS.

O presidente questionou o que poderia o Conselho fazer, no âmbito das comemorações do DMS, que se deveria pensar e definir um caminho, perguntando se queria apresentar uma proposta.

José Manuel Boavida disse ainda que era preciso alertar as entidades políticas, destas notícias diárias que davam uma imagem errada do que é a Saúde em Portugal, sugerindo que poderia fazer um texto.

Henrique Barros foi de opinião de que existe uma dissociação entre os indicadores objetivos da Saúde e perceção subjetiva das pessoas, que permite que essas notícias proliferem.

A propósito, Miguel Guimarães considerou que o assunto abordado lhe merecia uma reflexão, sendo a Ordem dos Médicos participante na CNS, esta não pode esquecer a sua missão consagrada nos seus estatutos: ajudar a saúde em Portugal, com a preocupação de lutar pela sua qualidade, ainda mais do que os próprios políticos; que o discurso noticiado acerca da obrigatoriedade de os médicos trabalharem no SNS, era dos profissionais e não das Ordens. Mencionou alguns problemas como o aumento das necessidades das pessoas, fruto de uma esperança de vida maior e um aumento das doenças crónicas, que conduziam a uma maior procura dos serviços de saúde, sem um acréscimo do capital humano, acrescentou que estas questões não estavam a ser resolvidas e que as pessoas já não sentiam segurança. Questionou a posição do CNS e os objetivos que pretendia alcançar, que condicionariam a permanência da Ordem dos Médicos no Conselho.

O Presidente esclareceu que o objetivo do CNS é o de aconselhar o Ministro da Saúde, sendo constituído por um conjunto variado de representantes, com pontos de vista diferentes e semelhantes consoante as matérias, era necessário encontrar um consenso.

Sugeriu que, para o próximo ano se o entendessem, poder-se-ia fazer uma reflexão sobre os Recursos Humanos da Saúde, onde haverá com certeza opiniões e visões diferentes.

Óscar Gaspar achou que se tratava de uma questão de fundo, apesar de os alertas serem importantes por levarem à reflexão, e embora houvesse muito coisa feita, não se podia fazer de conta de que não estava mal muita coisa; a título de exemplo referiu que os portugueses pagavam o dobro do que se pagava no Norte da Europa pelos serviços de saúde.

Lucília Nunes falou no XXII Seminário Nacional CNCEV, “A Idade do Amanhã - Desafios Éticos da Longevidade”, chamando a atenção para os novos velhos, que requerem outros cuidados e novas abordagens e a alteração das cidades, na relação das estruturas com as pessoas.

Sílvia Rodrigues lembrou que na reunião anterior fora pedida uma reflexão sobre os temas a abordar no próximo ano. Lembrou que era um desafio, uma vez que no programa do governo 2019/2020, a Saúde não era um dos pilares mais importantes.

Informou ainda que nos dias 28 a 30 outubro 2020, realizar-se-ia em Portugal, Lisboa, o 49.º Simpósio da Sociedade Europeia de Farmácia Clínica, dedicado ao tema da saúde mental, tendo sido solicitado

à Associação Nacional das Farmácias a sua cooperação, convidando o CNS a estar presente como participante e palestrante.

Depois foi aprovada a ata da reunião de 13 de setembro, por unanimidade pelos conselheiros presentes nessa reunião.

O presidente prestou ainda outra informação, de que Gonçalo F. Augusto ia exercer outras funções, pelo que agradeceu todo o seu trabalho nomeadamente a produção dos documentos.

Em relação ao relatório sobre Saúde Mental, informou que seria apresentado na Assembleia da República, no dia 11 de dezembro.

Sobre as comemorações do DMS 2020, confirmou que se pretendia mobilizar a faixa etária dos 5/25 anos, pediu à Isa Alves, que liderava o trabalho, para prestar algumas informações.

Isa Alves esclareceu:

que estavam numa fase de reunir com os parceiros, a fim de apurar quais as suas possíveis contribuições, tendo já a DGE identificado o ponto focal e algumas ARSs também;

que com a DGE, sendo o elemento de ligação às escolas, já tinham tido duas reuniões para definir como o projeto poderia ser implementado;

que a DGE propusera, face aos condicionalismos do programa escolar, uma dinamização de debates nas próprias escolas, antes das férias da Páscoa:

Na parte da manhã o debate seria dinamizado internamente nas escolas focando-se nas respostas a três questões, que definiriam as prioridades dos jovens para os próximos anos:

- Quais são as minhas preocupações e prioridades para a saúde e bem-estar nos próximos 10 anos?
- O que posso fazer pela minha saúde e bem-estar?
- O que podem os políticos/o Estado/a comunidade fazer pela nossa saúde e bem-estar?

De tarde, teria lugar um debate interescolar (numa escola indicada pela DGE), com escolas presentes fisicamente ou por vídeo conferência.

A proposta da DGE fora aceite, uma vez que era o organismo que melhor conhecia a dinâmica da Escola.

Henrique Barros ainda observou que era importante que participassem escolas que não as habituais, como bons exemplos; que este projeto não se esgotasse com o DMS, mas fosse um processo com continuidade e se atingisse maior número de escolas

Terminou perguntando se alguém teria alguma questão para esclarecer.

José Manuel Boavida pediu confirmação se a faixa etária se mantinha nos 5/25 anos, Isa Alves confirmou, esclarecendo que a DGE se responsabilizava até aos 18 anos, mas os outros parceiros abrangiam os restantes grupos etários.

Casimiro Menezes sugeriu a divulgação na comunicação social, a que Isa Alves respondeu que estava estudado um plano de divulgação e respetiva abordagem.

Sílvia Rodrigues perguntou se a ideia de um prémio se mantinha e Isa Alves disse que tinha sido abandonada, que o prémio era o próprio debate, com a presença de membros da comissão parlamentar de saúde.

Henrique Barros reforçou a importância do poder local, insistindo no interesse de alargar este processo às Regiões Autónomas, lembrando que regra geral fica muito restrito ao continente, referindo que os membros do Conselho das Regiões Autónomas poderiam ser os catalisadores desse processo.

Ambos os representantes se disponibilizaram para fazer esse contacto, contudo Mário Rodrigues disse que a plataforma informática que tinham não era compatível, o que dificultava a comunicação e partilha de informação; Carlos Arruda referiu ainda a dificuldade de obtenção de dados sobre saúde mental e que aguardavam um coordenador novo.

Por sua vez, Gonçalo F. Augusto acrescentou a dificuldade acrescida para obtenção de dados das Regiões Autónomas e ainda que faltavam dados da ARS Norte.

E ainda que a maior parte do trabalho estaria pronto até ao final da semana, enviado ao grupo de trabalho na última semana de novembro, para depois ser remetido aos conselheiros, afim de recolher comentários para ser aprovado no dia 10 de dezembro e apresentado a 11 de dezembro.

Lucília Nunes questionou a escolha da data, informando que coincidia com a assinatura da Declaração Universal dos Direitos Humanos, se teria alguma intenção, ou que se poderia fazer uma alusão.

Henrique Barros respondeu que a escolha da data se prendeu com a gestão de espaço da Assembleia da República.

Achando útil abordar alguns pontos, perguntou se alguém queria intervir.

Telmo Mourinho Baptista partilhou a preocupação de o documento apresentado estabelecer uma rutura com o modelo atual, entendendo que carecia de alguma reflexão, que a diferenciação das grandes patologias, abordava questões importantes e de fundo, condicionando prioridades e recomendações a fazer.

Gonçalo F. Augusto em relação às recomendações, respondeu que eram apontadas em linhas gerais, que pedira a opinião ao grupo de trabalho sobre o repensar o modelo atual da Saúde Mental, ainda muito centrado nos hospitais, sem esquecer o pilar da promoção e a proximidade aos problemas, referindo que já existem cuidados de saúde mental mais comunitários e mais diferenciados e ainda que noutros países já se verificava uma aposta grande em intervenções não medicamentosas.

Joaquina Castelão foi de opinião que era preciso ter cuidado nas recomendações, que teriam de ser passíveis de validação e execução, lembrou que o Plano Nacional de Saúde Mental (PLSM) 2008, não fora plenamente executado, não se sabendo o que funcionou ou não, que era necessário ter em conta a disponibilização de verbas e o orçamento respetivo, e ainda que as experiências “piloto” que pretendiam a reimplementação das equipas por região, acabaram por não se concretizar por falta de verbas.

Mencionou ainda que alguns aspetos iriam ficar de fora, como a psiquiatria forense, as estruturas físicas e a psiquiatria infantil, porque os profissionais não conseguiam dar vasão. Concluiu, realçando a importância dos serviços sociais e a interligação com outros serviços, que haveria muito a fazer, sem falar sequer na promoção desde a gravidez e constatando que a saúde mental continuava a ser um tabu.

Miguel Guimarães acrescentou que o PNSM, que era muito bem aceite e reconhecido por todos e adaptado noutros países, acabara por não ser aplicado na prática, tendo dúvidas em fazer um outro.

Telmo Mourinho Baptista lembrou que ainda não havia recomendações, que o termo rutura seria exagerado, mas que estava de acordo: o que era preciso era pôr o PNSM em ação, com os recursos necessários, concluindo que havia uma clara noção de lhe dar continuidade.

Henrique Barros observou que eram necessárias recomendações incisivas e que ao dizerem que o PNSM tinha que ser executado era já por si incisivo, como seria a ideia de Gonçalo F. Augusto.

Para Joaquina Castelão era fundamental o apoio político em falta, constatando a desvalorização da doença mental, entendeu que era preciso continuar a fazer pressão para uma verdadeira implementação do PLSM, a todos os níveis, dos serviços, da reabilitação, da rede de cuidados continuados integrados e outros.

Henrique Barros achou que era importante essa discussão, a recolha de indicadores, local e regional, que muitas vezes eram díspares e não correspondiam à realidade.

Mencionou que em todas as projeções que se fazem para 2030, a depressão vinha em 1º lugar. Que outro fator importante era a dificuldade que temos em geral, em lidar com estes problemas. Em relação à saúde perinatal referiu que os instrumentos para avaliação estão padronizados e eram relativamente simples, mas continuavam a não ser aplicados.

Gonçalo F. Augusto falou ainda nos depoimentos a inserir no relatório, que graças ao grupo de trabalho, se tinha feito um questionário aberto para doentes, profissionais e cuidadores e que no “VI Encontro Nacional de Utentes e Cuidadores na Área da Saúde Mental”, realizado em Beja, nos dias 19 e 20 de setembro, tinha sido distribuído um questionário, cujos testemunhos na primeira pessoa em regiões diferentes, tinham tido alguma expressão geográfica.

Em relação ao problema das demências, e à sua prevalência em Portugal nas próximas décadas, questionou qual seria a melhor opção: se deveria ser considerado como um programa à parte.

Alexandre Castro Caldas foi de opinião que se devia dar um tratamento próprio, pela sua interação com a questão social. Referiu que o grupo de trabalho propusera algumas recomendações e alertou que daqui a alguns anos seria um problema impossível de gerir e ainda que seriam das situações que

se podia fazer um plano, que teria três ou quatro variantes e que estava em fase de desenvolvimento o caminho enorme que se estava a fazer com os cuidadores.

Joaquina Castelão, concordando que se tornou um problema cada vez maior, achou que era de incluir na Saúde Mental, com a ressalva de que era uma degeneração da idade, que as dependências também deveriam estar na Saúde Mental, estando provado que as novas drogas provocavam doenças mentais e que as pessoas tinham que ser tratadas na globalidade.

Henrique Barros, relativamente à psiquiatria forense, perguntou a Miguel Guimarães se poderia dar informação sobre esse problema.

Miguel Guimarães mencionou que efetivamente era um problema que se teria agravado, por falta de condições, falta de recursos e até pela legislação que estava em vigor, acrescentando que faria um apanhado da informação mais significativa e enviaria.

Disse ainda concordar com Alexandre Castro Caldas sobre as doenças mentais e demências, que requeriam estratégias e abordagens diferentes, conseqüentemente devem ter planos diferentes, as demências eram um problema galopante de que se sabia pouco, mas muito bom conseguir que o PNSM que existia fosse aplicado.

Henrique Barros entendeu ser relevante abordar o tema da investigação, dizer o que se faz para fornecer uma base de conhecimento e investigação aos decisores. Acrescentou também que em termos europeus, estava-se a verificar algum encaminhamento numa área que não tinha investimento.

José Manuel Boavida sugeriu a criação de um observatório de acompanhamento, que disponibilizaria dados e conhecimento.

Ana Maria Fonseca observou que existe um Conselho Nacional de Saúde Mental, com conselhos regionais e ainda que no sector da saúde privada deveriam estar focados nos cuidados de saúde primários.

Sofia Crisóstomo achou necessário lutar a inevitabilidade de falta de recursos humanos, que a existência de uma linha para os doentes e outra para os profissionais, não se resolvia com formação, que gostaria de ver explorado doutra forma.

Henrique Barros relevou a vantagem do CNS ter olhares diferentes sobre as mesmas questões e que já tinham sido lançados temas importantes para serem abordados, tais como Formação, Recursos Acesso.

Alexandre Castro Caldas lembrou a criação no Centro de Saúde, do Instituto de Clínica Geral, para apoio constante aos clínicos gerais, em que a formação era preponderante, achando que era de reativar.

Entendeu que é necessário ensinar as pessoas nos trabalhos mais elementares, como falar ao telefone, referiu ainda que o trabalho temporário era mal pago, que era preciso perceber como se trabalhava em equipa, saber lidar com os outros sem hierarquias de profissões, que ainda estávamos muito ligados ao corporativo, que tinha de ser aprendido no terreno a tomar decisões e dar formação a outros profissionais. Constatou que havia falta de interesse nas escolas de medicina em ensinar estes aspetos.

Alexandra Bento falou na importância do envelhecimento ativo, que melhora a qualidade das pessoas.

O Presidente considerou relevante as ideias lançadas e pediu para mandarem propostas até o dia 6 de dezembro. Lembrou também que estaria a acabar o primeiro ciclo do CNS e se tornava necessário uma reflexão sobre o que fora feito e o que se pretendia fazer.

Nada mais havendo a tratar, foi a presente reunião encerrada, pelas 13h30.